



Critérios de Pesquisa:

Período: 01/06/2025 a 30/06/2025

Assunto: "Conferências das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas de 2025" OR "COP"

Documento 1/4

101.2025	Sessão Ordinária - CD	10/06/2025-17:32
Publ.: DCD - 11/06/2025 - 117	Delegado Éder Mauro-PL -PA	
	BREVES COMUNICAÇÕES	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

O Deputado criticou o atraso na conclusão da ponte entre Xambioá (TO) e São Geraldo do Araguaia (PA), atribuindo a responsabilidade ao Governador do Pará, que impediu a finalização por questões políticas. Além disso, afirmou que a realização da COP 30 em Belém será vergonhosa, diante das péssimas condições de saneamento básico na capital paraense. Por fim, condenou o Governador por gastar recursos públicos com publicidade e processos contra opositores.

O SR. DELEGADO ÉDER MAURO (Bloco/PL - PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Sr. Presidente.

Ainda há pouco, o colega falou da ponte entre São Geraldo, no Tocantins, e Xambioá, no Pará. Pura verdade! A ponte está pronta, foi feita no Governo Bolsonaro, só faltam as cabeceiras, e o Governo Federal não as faz, a pedido do Governador Barbalho, do Pará, que não quer que se conclua a obra só porque a ponte foi feita no Governo Bolsonaro. Isso prejudica o Estado do Pará.

Aliás, Sr. Presidente, a COP 30, que acontecerá no Estado do Pará, será a maior vergonha. No Estado, a Grande Belém tem o pior saneamento básico do País: quase 70% das pessoas vivem na lama, no mato, nas pontes, sem qualquer saneamento básico. O Governador do Estado do Pará só gasta dinheiro com publicidade. Outro lugar em que ele coloca dinheiro é na Justiça, para processar aqueles que são contra ele. Esse Governador é uma vergonha para o Estado do Pará.

Obrigado, Sr. Presidente.

Documento 2/4



101.2025 Sessão Ordinária - CD 10/06/2025-17:32
Publ.: DCD - 11/06/2025 - 117 José Rocha-UNIÃO -BA
BREVES COMUNICAÇÕES PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário

O Deputado elogiou o Governador do Pará, Helder Barbalho, destacando sua competência e o esforço para sediar a COP 30. Afirmou que o Governador tem se empenhado na solução da ponte entre o Pará e o Tocantins, ressaltando que a obra é federal e de interesse para toda a Região Norte e Centro-Oeste.

O SR. JOSÉ ROCHA (Bloco/UNIÃO - BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente desta sessão, Deputado Lula da Fonte, Sras. e Srs. Parlamentares, eu quero pedir permissão aos colegas para elogiar o Governador do Pará Helder Barbalho.

Helder Barbalho é realmente um dos políticos mais competentes deste País, é um grande Governador do Estado. Está agora está se empenhando para realizar um evento mundial, que é a COP 30, lá no Pará. Com certeza, ele está empenhado e interessado em resolver o problema dessa ponte, que não é uma obra estadual, é uma obra federal, e que diz respeito não só ao Tocantins e ao Pará, mas a toda a Região Norte e Centro-Oeste.

Portanto, quero dizer que o Governador Helder Barbalho é um grande Governador e está fazendo uma grande gestão no Estado do Pará.

Documento 3/4

103.2025 Sessão Ordinária - 11/06/2025-13:55
Publ.: DCD - 12/06/2025 - 354 Rubens Otoni-PT -GO
ENCERRAMENTO DISCURSO
ENCAMINHADO
DISCURSO

Sumário

O Deputado defendeu a aprovação do Projeto de Lei nº 3.278, de 2021, que institui o marco legal do transporte público coletivo, ao destacar sua importância para cidades mais justas e sustentáveis. Informou que o setor atende 2.703 Municípios e realiza mais de 34 milhões de viagens diárias, sendo essencial para a mobilidade urbana. Destacou que a proposta estabelece diretrizes de transparéncia, controle social e sustentabilidade financeira, com estímulos à governança interfederativa, à transição energética e à geração de



receitas complementares. Por fim, ressaltou que a medida alinha o Brasil aos compromissos da COP30, promovendo inclusão e qualidade de vida.

DISCURSO NA ÍNTEGRA ENCAMINHADO PELO SR. DEPUTADO RUBENS OTONI (SEM REGISTRO TAQUIGRÁFICO).

Senhor presidente, ilustres deputados e deputadas, povo brasileiro que nos acompanha pela TV Câmara e pelas redes sociais, como Vice-presidente da Frente Parlamentar Mista de Logística e Infraestrutura - Frenlogi - Câmara Temática de Mobilidade Urbana, neste mês, trago uma pauta estratégica para boa parte das cidades brasileiras, que é o Projeto de Lei nº 3.278, de 2021, que propõe a instituição do marco legal do transporte público coletivo.

Originalmente, o Projeto de Lei foi apresentado em 2021, pelo então Senador Antônio Anastasia, atualmente Ministro do Tribunal de Contas da União, com o objetivo de atualizar o marco legal da Política Nacional de Mobilidade Urbana, alterando, em especial, a Lei nº 12.587, de 2012.

Em paralelo, entre os anos de 2021 e 2022, o corpo técnico-gerencial do extinto Ministério do Desenvolvimento Regional estava elaborando estudos sobre a regulação do transporte público federal. Senhoras e senhores, essa iniciativa ganhou força com a participação de organizações da sociedade civil, no âmbito do Fórum Consultivo da Mobilidade Urbana, e com apoio do Banco Interamericano de Desenvolvimento. No último bimestre de 2022 foi iniciada uma ampla consulta pública.

Já no início do Governo do Presidente Lula, rapidamente deu-se sequência aos trabalhos do Fórum Consultivo, no qual finalizou a consulta pública em fevereiro de 2023, obtendo 840 contribuições. Na sequência, foi consolidada a proposta de novo marco legal e incluída como medida institucional no Novo PAC, recebendo moções de apoio, a exemplo do Conselho das Cidades.

Em 2024, houve tratativas entre o Governo Federal e o Senado, no qual a proposta do Poder Executivo foi submetida à apreciação legislativa como substitutivo do mencionado Projeto de Lei. Como consequência, o substitutivo foi aprovado. Atualmente, estimados Parlamentares, este projeto tramita nesta Casa, especificamente, na Comissão de Desenvolvimento Urbano, estando sob a relatoria do Deputado José Priante.

Presidente, segundo dados da Associação Nacional das Empresas de Transportes Urbanos, o Brasil possui 2703 municípios que são atendidos por



serviços organizados de transporte público por ônibus, que conta com uma frota estimada de 107 mil veículos. São realizadas diariamente 34,6 milhões de viagens. Temos 1577 empresas operadoras que geram 332.054 empregos diretos. Pelos números, percebemos que o setor é relevante e importante para nossa sociedade.

Nessa linha, é fundamental voltarmos nossas atenções para a proposta do marco legal do transporte público. A proposta está baseada nos princípios da transparência e do controle social e prevê uma revisão ampla e moderna das normas que regem o transporte público coletivo urbano em nosso País, permitindo um ambiente de negócio mais seguro e previsível para o empreendedor.

O Projeto de Lei reconhece o transporte público como um direito social que presta um serviço essencial à população. Com a sua aprovação, a expectativa é que haja um novo ordenamento legal para que tenhamos condições de termos viagens mais rápidas, integradas, seguras e confortáveis, com tarifas compatíveis com a realidade de renda do nosso povo.

Em relação à eficiência das redes de transportes e à sustentabilidade financeira, a proposta incentiva a governança interfederativa e estimula o incremento de receitas de publicidade, valorização imobiliária e créditos de carbono.

Senhoras e senhores, do ponto de vista ambiental, há o estímulo à transição energética do setor com o uso de biocombustíveis, eletrificação e hidrogênio verde, em sintonia com as diretrizes das Leis do Combustível do Futuro e do Programa de Aceleração da Transição Energética.

Presidente, esta legislação se conecta diretamente aos anseios da 30ª Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas, a ser realizada em novembro, em Belém do Pará. Ao aprovarmos esse marco legal, o Brasil chegará à COP com uma mensagem clara de que estamos construindo cidades mais humanas, conectadas e resilientes às mudanças climáticas, onde o transporte coletivo de qualidade não é exceção, mas a regra.

Por fim, senhoras e senhores, a mobilidade urbana é um dos pilares da justiça social nas cidades. Com a aprovação desse Projeto Lei, o Congresso Nacional, em harmonia com o Executivo, demonstrará que é possível construir um sistema de transporte mais justo, limpo e eficiente, à altura dos desafios do século XXI.

Obrigado.



112.2025

Sessão Ordinária - CD 26/06/2025-09:00

Publ.: DCD - 27/06/2025 - 58 Rubens Pereira Júnior-PT -MA

ENCERRAMENTO

DISCURSO ENCAMINHADO
DISCURSO

Sumário

O Deputado homenageou o Governador do Maranhão, Carlos Brandão, pela formalização de uma parceria internacional em Londres que garantiu mais de 100 milhões de dólares para ações ambientais no Estado. Destacou programas como Floresta Viva, Paz no Campo e Maranhão Sem Queimadas, que têm promovido recuperação florestal, regularização fundiária e combate às queimadas, com impactos sociais positivos. Também enfatizou que o Maranhão se consolida como referência em sustentabilidade, atraindo investimentos e participando das agendas internacionais rumo à COP-30.

DISCURSO NA ÍNTEGRA ENCAMINHADO PELO SR. DEPUTADO RUBENS PEREIRA JÚNIOR (SEM REGISTRO TAQUIGRÁFICO).

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, nos termos do Regimento Interno, e dada a impossibilidade de leitura em plenário, solicito a V.Exa. que seja dado como lido, para efeito de registro nos Anais desta Casa, este discurso de minha autoria.

Venho hoje a esta tribuna prestar uma justa e merecida homenagem ao governador do Maranhão, Carlos Brandão, que, nesta semana, representando o nosso estado em missão internacional em Londres, formalizou uma parceria histórica: um investimento de mais de 100 milhões de dólares para recuperação de florestas, regularização fundiária e combate às queimadas.

Este não é apenas um anúncio, é um divisor de águas para a política ambiental e de desenvolvimento sustentável do Maranhão, resultado de trabalho sério, visão de futuro e articulação responsável, que coloca nosso estado na vanguarda das discussões ambientais não só do Brasil, mas do mundo.

O governador Brandão, ao participar da Semana de Ação Climática – evento internacional preparatório para a COP-30 – demonstra que o Maranhão entende seu papel estratégico nas discussões globais sobre meio ambiente, clima e justiça social. Não estamos falando apenas de preservar



floresta: estamos falando de desenvolvimento, geração de renda, combate à pobreza, segurança jurídica e proteção dos nossos povos tradicionais.

A parceria com o Mercuria Energy Group, multinacional suíça de referência no setor de energia e sustentabilidade, vai permitir a expansão de projetos como o Floresta Viva – programa que já fez do Maranhão referência na recuperação de áreas degradadas e fortalecimento de cadeias produtivas sustentáveis, como o plantio de açaí. O maior viveiro público do Brasil, instalado em São Bento, é fruto dessa visão. Mais de 1 milhão de sementes já foram distribuídas para municípios do nosso estado, beneficiando centenas de famílias, garantindo alternativa de renda e respeitando a biodiversidade local.

Além disso, o programa Paz no Campo mostra que não há desenvolvimento ambiental sem justiça social. A regularização fundiária não é só papel e carimbo. É cidadania, é dignidade para o homem e a mulher do campo. São mais de 14 mil títulos de terra entregues, beneficiando mais de 18 mil famílias, incluindo comunidades quilombolas, tradicionais e rurais.

No combate às queimadas, o Maranhão avança com o programa Maranhão Sem Queimadas. Saímos da 2ª para a 4ª posição nacional em ocorrências, resultado de investimento em formação de brigadistas, doação de equipamentos, ações educativas e monitoramento constante. O resultado é menos degradação, mais preservação, mais oportunidades para todos.

Não é por acaso que grandes fundos internacionais, como o Fundo Silvania, confiam no Maranhão. O estado demonstra segurança jurídica, responsabilidade fiscal e compromisso ambiental. O potencial de nosso território é reconhecido: temos Amazônia, Cerrado, Caatinga e manguezais – uma das maiores biodiversidades do mundo. É isso que atrai investimentos, gera empregos e garante o futuro das próximas gerações.

O Maranhão tem mostrado ao Brasil que é possível unir desenvolvimento econômico, preservação ambiental e inclusão social. Isso é resultado de uma gestão que pensa no longo prazo, que dialoga com o mundo, que não tem medo de inovar. O Maranhão participa das agendas internacionais para se colocar como protagonista, atrair investimentos, acessar o mercado de créditos de carbono e garantir que nossas comunidades sejam as maiores beneficiadas.

Destaco ainda a presença do Maranhão nos eventos preparatórios para a COP-30, que será realizada em Belém, no Pará, neste ano. O



financiamento climático para países em desenvolvimento é pauta global, e nosso estado já mostra capacidade de captar recursos – inclusive já recebemos investimentos do Canadá via Fundo ONU-Brasil para o programa “Terras para Elas”, que atua na promoção do direito à terra para mulheres rurais.

Quero parabenizar também toda a equipe do Governo do Maranhão, da Investe Maranhão, da Secretaria de Meio Ambiente e dos programas estaduais. É preciso reconhecer o esforço coletivo para transformar potencial em resultados concretos.

Senhoras e senhores, o que está em curso é muito mais do que uma política de governo. É uma política de Estado, de compromisso com a vida, com o povo e com o planeta. Que este exemplo inspire outros estados e fortaleça a imagem do Maranhão como referência de sustentabilidade, justiça social e desenvolvimento.

Parabéns, governador Carlos Brandão! Parabéns ao povo do Maranhão, que caminha para ser protagonista da nova economia verde, da proteção da Amazônia e da inclusão social.

Muito Obrigado.

Era o que tinha a dizer.